



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0494243/2019

PA COPAM Nº: 4117/2004/003/2018

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: DÉCIO BRUXEL

CPF: 085.132.440-15

EMPREENDIMENTO: FAZENDA DA PONTE ALTA

MATRÍCULA: 15.290 e 49.231

MUNICÍPIO: LAGOA FORMOSA

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Por se tratar de renovação de licença, não há incidência de critério locacional, conforme Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	SUINOCULTURA	3	0
G-01-03-1	CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS, EXCETO HORTICULTURA	NP	0
G-05-02-0	BARRAGEM DE IRRIGAÇÃO OU DE PERENIZAÇÃO PARA AGRICULTURA	NP	0

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

ROBERTO MENDONÇA MUNDIM - ENG. AGRÔNOMO

CREA MG nº 56.594/D
ART nº 14201800000004962848

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

ASSINATURA

Ana Luiza Moreira da Costa
Gestora Ambiental

1.314.284-9

Ana Luiza M. Costa

De acordo:
Rodrigo Angelis Alvarez
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.191.774-7

Rodrigo Angelis Alvarez

Diretor Reg. de Regularização Ambiental
MASP 1191774-7
SUPRAM TROP



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0494243/2019

O empreendimento Fazenda da Ponte Alta, lugar denominado Capão, matrículas n. 15.290 e 49.231 com área total de 103,5287 hectares, com áreas próximas porém não contíguas, conforme o levantamento topográfico, desenvolve as atividades agrossilvipastoris de Suinocultura, Cafeicultura e Silvicultura no município de Lagoa Formosa/MG. Em 05/03/2018 foi formalizado na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba o processo administrativo de nº 19273/2018/001/2018, e em 28/12/2018 o processo administrativo foi reorientado para licenciamento ambiental simplificado, via apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sob responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Roberto Mendonça Mundim, CREA MG nº 56.594/D e ART nº 14201800000004962848.

Foram solicitadas informações complementares – OF. SUPRAM DREG nº 733/2019 em 09/04/2019, que foram respondidas em 13/05/2019. As informações complementares solicitadas no processo de outorga (PA nº 34908/2019) - Of. SUPRAM nº 1071/2019 - foram respondidas em 06/08/2019.

A atividade principal do empreendimento objeto deste licenciamento é a suinocultura em regime de crescimento e terminação, com capacidade instalada para 3.600 suínos em 3 galpões. A atividade é desenvolvida na modalidade independente, sem contrato de integração. Os leitões chegam na propriedade com aproximadamente 6 kg e permanecem até atingirem em média 106 kg, e são provenientes da Fazenda Chuá, do mesmo empreendedor. No empreendimento é desenvolvida ainda a atividades de cafeicultura irrigada em 66,30 hectares. Como práticas conservacionistas adotadas foram citadas o plantio em nível, terraços e bacias de contenção.

Os principais insumos utilizados para o desenvolvimento das atividades são basicamente milho, farelos, vitaminas, medicamentos veterinários, defensivos agrícolas, fertilizantes e calcário.

Há três fontes de água para o suprimento da demanda hídrica da irrigação do café, dessedentação animal, lavagem de pisos e equipamentos e consumo humano:

- Uma captação de uso insignificante em barramento com captação autorizada de 1,0 l/s durante 18h/dia (PA nº 2502/2017 e certidão nº 192542/2017), com cadastro efetivado válido até fevereiro de 2020.
- Duas captações subterrâneas em poço tubular: uma regularizada por meio da portaria nº 2926/2017 com vazão autorizada de 11,65 m³/h durante 17 horas (outubro a fevereiro) e 21 horas (março a setembro), com validade até Abril de 2018, e conforme consulta ao SIAM, esta captação subterrânea está com validade prorrogada automaticamente até manifestação final da URGa do pedido de renovação (PA nº 1900/2018), conforme artigo 14 da Portaria IGAM nº 49/2010. A segunda captação (PA nº 34908/2019) com vazão autorizada de 12,0 m³/h durante 21:30 por 9 a 25 dias por mês, para fins de consumo humano, irrigação e dessedentação de animais, com análise técnica concluída, aguardando a publicação da portaria de outorga.

A vazão autorizada por meio dos processos citados supre a demanda hídrica declarada no RAS. A água captada no barramento e nos poços é direcionada para dois reservatórios escavados no solo, um na área da cafeicultura e outro na área da granja.



Os dejetos suínos são encaminhados para um sistema composto por duas lagoas impermeabilizadas (lagoa de decantação e lagoa de estabilização), com capacidade total de 7.000,00 m³, suficiente para armazenar os efluentes por aproximadamente 166 dias, conforme o projeto de monitoramento apresentado. Após o tratamento, o biocomposto é bombeado para um bolsão de armazenamento impermeabilizado que fica na área do café.

O empreendimento obteve a Revalidação da Licença de Operação em abril de 2010 (LO nº 061/2010) durante 65ª Reunião Ordinária da URC do COPAM, para as atividades de suinocultura, cafeicultura e barragem de irrigação ou perenização para agricultura, concedida conforme a Deliberação Normativa nº 74 de 2004, que não encontra-se em renovação automática, conforme artigo 37 do Decreto nº 47.383/2018, porém o recibo de entrega dos documentos é datado anteriormente ao vencimento da licença, possibilitando a análise da mesma em fase de renovação.

Ressalta-se que o cumprimento das condicionantes elencadas no parecer da LO nº 061/2010 não será avaliado por meio deste parecer de LAS, e serão devidamente verificadas pelo Núcleo de Controle Ambiental da SUPRAM TMAP, conforme preconiza a Instrução de Serviço Sisema nº 01 de 2018.

Apesar de estar localizado em área com potencialidade de ocorrência de cavidades muito alta conforme mapeamento do IDE-SISEMA, por se tratar de renovação de licença, não se aplicam as restrições de enquadramento da DN nº 217/2017, conforme Instrução de Serviço nº 01/2018, item 2.6, já que se considera que a viabilidade locacional do empreendimento já foi avaliada em sua licença originária.

Como principais impactos inerentes às atividades mapeadas no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos pela atividade de suinocultura e de origem doméstica, animais mortos, embalagens de produtos veterinários, resíduos sólidos e aumento da população de vetores. A devida destinação de cada tipo de efluente e/ou resíduo está descrita abaixo conforme informado no RAS.

Os efluentes líquidos de natureza sanitária doméstica são direcionados para tanque séptico com sumidouro e os efluentes provenientes da atividade de suinocultura (dejetos, água de lavagem dos pisos) com média de geração de 1.263 m³/mês, são direcionados para o tratamento composto por lagoas, já descrito anteriormente. O biofertilizante gerado é utilizado na fertirrigação do café (66,0 ha) e do eucalipto (6,0 ha), com taxa de aplicação de 208 m³/ha/mês. A responsabilidade técnica pelo projeto de fertirrigação é do Engenheiro Agrônomo Roberto Mendonça Mundim, ART nº 14201900000005221286.

Foi informado que existe um reservatório de óleo diesel com capacidade para 1.000 litros com bacia de contenção. Foi recomendada a construção de cobertura para o reservatório e área de abastecimento, instalação de caixa separadora de água e óleo, e canaletas no entorno de toda a área para direcionar o possível efluente de derramamentos para a caixa SAO. Conforme solicitado por informações complementares, foram realizadas as adequações e apresentado um relatório fotográfico para comprovação.

Vale ressaltar que a limpeza – remoção do lodo - das lagoas deve ser promovida assim que 1/3 do volume total destas estiver ocupado com o lodo, a fim de garantir a eficiência do sistema de tratamento.



Os animais mortos são direcionados para uma composteira e após a maturação, o composto é utilizado para adubação orgânica na propriedade. As embalagens e frascos vazios de produtos veterinários ou contaminados (luvas, gases, seringas) são destinadas para empresas regularizadas para a correta destinação, conforme contrato apresentado no processo. Quanto aos resíduos sólidos, os não recicláveis são direcionados para a coleta pública do município, e os orgânicos são alvo de compostagem na própria fazenda e posteriormente são utilizados como adubo orgânico, e os recicláveis são separados e destinados para empresas ou cooperativas de reciclagem.

Foram apresentados os recibos do Cadastro Ambiental Rural (CAR), registrados sob os números MG-3137502-6EAD.EB84.B0E1.4D25.A373.ABE5.103F.958C e MG-3137502-DA52.9BF2.1733.4029.8A92.C5CF.BE61.6983, com Reserva Legal devidamente demarcada, sendo que parte da reserva legal da matrícula nº 49.231 está localizada no CAR da matrícula nº 15.290, ambos com adesão ao PRA.

O RAS apontou que existem áreas de reserva legal no imóvel que já passaram por processos de recomposição por meio de plantios de mudas de espécies nativas e que há ainda uma área que necessita de novos plantios de enriquecimento, que é a RL-2 com área de 11,9963 ha. Dessa forma o empreendedor deverá apresentar relatórios dos plantios e do desenvolvimento das mudas nesta área.

Outros impactos ambientais relevantes foram identificados e registrados no RAS, tais como:

- Erosão e assoreamento de curso d'água. Medidas mitigadoras: Manutenção dos terraços, bolsões e práticas conservacionistas.
- Contaminação do solo e lençol freático. Medidas mitigadoras: Monitoramento das condições físicas e de impermeabilização das lagoas; Monitoramento do solo e das águas através de análises periódicas.

Em conclusão, com fundamento apenas nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda da Ponte Alta" para as atividades de Suinocultura, Culturas perenes, Silvicultura e Barragem de irrigação, no município de Lagoa Formosa/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda da Ponte Alta

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	A partir início da instalação, durante a vigência da licença
02	Realizar plantios de enriquecimento na RL-2 (11,99 ha) conforme proposta descrita no RAS e apresentar relatório técnico e fotográfico dos plantios, evidenciando a situação de desenvolvimento das mudas plantadas conforme proposto no RAS.	Anualmente**

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

** Elaborar os relatórios anualmente e apresentar ao órgão ambiental a cada dois anos.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda da Ponte Alta

1. Análise de Solo

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas à aplicação dos fertilizantes orgânicos oriundos da suinocultura (dejetos e composto orgânico) ^{1,2,3,4}	pH, N (Nitrogênio), K (Potássio), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre) CTC, P (Fósforo), C (Carbono) e Matéria Orgânica e Textura do Solo Obs: Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo	Anualmente

- (1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes;
- (2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos;
- (3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 - Amostragem de solo, pg. 13 - 20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.
- (4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação tenha ocorrido em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário;

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, 5º ano e 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216 de 27 de outubro de 2017 para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.



Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 - Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

⁽¹⁾ Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

⁽²⁾ Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

